

Observatório Jovem do Dinheiro Público

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO DE EDUCAÇÃO FISCAL. PROJETO INTEGRADOR – ENSINO MÉDIO

Thales Nascimento Pereira – Abril de 2026
COORDENADOR PEDAGÓGICO | ESCOLA ESTADUAL DE TEMPO INTEGRAL TEOTÔNIO VILELA, FEIRA DE SANTANA, BA

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO
CLUBE DE EDUCAÇÃO FISCAL
Observatório Jovem do Dinheiro Público

Apresentação

O presente projeto desenvolvido pelo Professor Thales Nascimento Pereira, no Colégio Estadual Teotônio Vilela, vinculado ao Núcleo Territorial Estadual Portal do Sertão, em Feira de Santana - Bahia, onde desempenha o cargo de coordenador pedagógico, e conta com a parceria com a Receita Federal e do NAF - UEFS, propõe a criação do **Clube de Educação Fiscal - Observatório Jovem do Dinheiro Público**, um espaço pedagógico extracurricular destinado a estudantes do Ensino Médio, voltado para o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências relacionadas à educação fiscal, à cidadania e à compreensão do funcionamento das finanças públicas, numa perspectiva de contribuição à elevação da autoestima dos estudantes, oportunizando-os sua atuação na vida social e contribuindo na sua participação no mercado de trabalho.

A proposta parte do entendimento de que a escola desempenha papel fundamental na formação de cidadãos críticos, capazes de compreender os mecanismos de organização da sociedade e participar de forma ativa nos processos democráticos, cientes de que as decisões coletivas têm impacto nas decisões e na vida individual. Nesse contexto, a educação fiscal constitui um importante campo de aprendizagem, pois permite aos estudantes compreender a relação existente entre arrecadação tributária, financiamento das políticas públicas e garantia de direitos sociais, contribuindo para decisões de vida econômico-social mais conscientes e eficientes nos planos pessoal e coletivo.

Nesse contexto, torna-se fundamental explicitar o conceito de cidadania fiscal, entendido como a consciência do cidadão acerca de seus direitos e deveres em relação aos tributos, incluindo não apenas o ato de pagar impostos, mas também o acompanhamento, a fiscalização e a participação ativa na gestão dos recursos públicos. Tal perspectiva amplia o papel do estudante para além da compreensão teórica, posicionando-o como sujeito ativo na construção e no controle das políticas públicas.

Apesar de sua relevância social e educativa, observa-se que grande parte da população brasileira possui conhecimentos limitados sobre o funcionamento do sistema tributário e sobre a gestão dos recursos públicos. Essa lacuna dificulta a compreensão sobre o que se lê nos noticiários, afasta a sociedade das decisões políticas e legislativas, dá margem a decisões de vida e a comportamentos, às vezes, prejudiciais ao indivíduo e à sociedade. Tal realidade evidencia a necessidade de ampliar espaços educativos que promovam reflexões sobre a função social dos tributos e o papel do cidadão no acompanhamento das políticas públicas.

Nesse sentido, o clube escolar configura-se como uma estratégia pedagógica inovadora, pois cria um ambiente permanente de estudo, investigação, de debate e experiências práticas sobre temas relacionados à cidadania fiscal. Ao participar das atividades propostas, os

estudantes terão a oportunidade de analisar dados reais, discutir problemas sociais concretos, produzir materiais informativos e elaborar propostas de intervenção para a comunidade, com aplicação direta em situações e decisões de sua vida pessoal e, em seu projeto de vida.

A iniciativa dialoga diretamente com os princípios formativos da Base Nacional Comum Curricular, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de competências relacionadas ao pensamento crítico, à argumentação, à responsabilidade social e à participação cidadã. Também se articula com as diretrizes pedagógicas do Programa de Cidadania Fiscal da Receita Federal, do Programa Nacional de Educação Fiscal junto ao CONFAZ (secretarias de fazenda estaduais), com o Programa NA PONTA DO LÁPIS do Ministério da Educação (Portaria MEC 502/2025), o Programa EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE (Portaria MEC 642/2025), com os temas integradores da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, com programas e projetos de cidadania e de educação fiscal nos mais diversos órgãos como são exemplos o Senado (Projeto Jovem Senador), no TCU, na CGU (Educação Cidadã), que incentivam a promoção de práticas educativas voltadas para a compreensão da função socioeconômica dos tributos.

Dessa forma, o clube busca contribuir para a formação de estudantes mais conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a importância da gestão responsável dos recursos públicos e de participar, de maneira informada, na construção de uma sociedade mais justa e democrática. Além disso, pretende estimular a disseminação desse conhecimento em seus ambientes social, familiar e profissional, fortalecendo a capacidade dos estudantes de tomar decisões responsáveis na vida privada e coletiva e de construir um projeto de vida que dê sustentação à sua trajetória pessoal, cidadã e profissional.

Justificativa

A formação escolar contemporânea exige que os estudantes desenvolvam não apenas conhecimentos acadêmicos tradicionais, mas também competências relacionadas à compreensão da realidade social, econômica e política na qual estão inseridos. Nesse contexto, educação fiscal assume papel relevante, pois possibilita aos jovens compreender a relação entre arrecadação de tributos, funcionamento do Estado e financiamento das políticas públicas responsáveis pela garantia de direitos fundamentais.

Nessa perspectiva, o projeto também contribui para o desenvolvimento do letramento fiscal, entendido como a capacidade de compreender, interpretar e utilizar informações sobre tributação e finanças públicas no cotidiano, permitindo ao estudante tomar decisões mais conscientes, tanto na vida pessoal quanto na participação social.

No cotidiano da sociedade brasileira, os tributos estão presentes em praticamente todas as atividades econômicas e sociais, incidindo sobre o consumo de bens e serviços, sobre a renda, sobre o patrimônio e sobre diversas transações financeiras. Entretanto, apesar dessa presença constante, grande parte da população possui conhecimento limitado acerca da finalidade desses tributos e da forma como os recursos arrecadados são aplicados pelo poder público.

Essa lacuna de compreensão dificulta o exercício pleno da cidadania, uma vez que o acompanhamento e a fiscalização das ações governamentais dependem, em grande medida,

da capacidade dos cidadãos de interpretar informações relacionadas à arrecadação e ao gasto público; dificulta ainda a leitura crítica dos noticiários e das propostas de atores que se apresentam como candidatos a gerir os recursos públicos ou a fazer leis sobre o assunto. Todos esses vazios de conhecimentos impactam a vida de cada indivíduo e de toda a sociedade, em geral, prejudicando potencialidades, em especial, dos atores mais vulneráveis.

Além disso, observa-se que, embora existam mecanismos institucionais de transparência e controle social, como portais da transparência, audiências públicas e conselhos participativos, sua efetiva utilização ainda é limitada pela ausência de formação adequada da população para interpretar dados, compreender orçamentos e participar de forma qualificada dos espaços de decisão pública. Nesse sentido, a escola se apresenta como espaço privilegiado para iniciar esse processo formativo desde a educação básica.

Diante desse cenário, torna-se fundamental que a escola promova iniciativas educativas capazes de aproximar os estudantes da realidade das finanças públicas, permitindo que compreendam como os recursos coletivos são utilizados para financiar serviços essenciais como educação, saúde, segurança, transporte e infraestrutura. Essa aproximação será potencializada pela análise de dados concretos do município de Feira de Santana, incluindo o estudo do orçamento municipal, investigação de gastos públicos em áreas como saúde e educação, análise de despesas realizadas por dispensa de licitação e reflexão sobre investimentos em eventos culturais e festas populares, como o São João e a Micareta. Tal abordagem fortalece a conexão entre o conteúdo estudado e a realidade vivida pelos estudantes, promovendo uma aprendizagem mais significativa. Esse conhecimento é capaz de:

a. Melhorar o ambiente da escola pública e o cuidado com os bens públicos;
b. Pode impactar o interesse nas aulas de ciências sociais ao conectar os saberes com a história e geografia trazendo sentido real aos temas de sala de aula;
c. fortalecer os aprendizados nas aulas de matemática ao permitir que conceitos “abstratos” ganhem sentido na vida prática dos cálculos dos tributos nos preços e assuntos afins, fortalecendo os trabalhos ao cumprimento das metas do IDEB/SAEB;
d. facilitar os trabalhos nas aulas de língua portuguesa ao incentivar leituras críticas de notícias, textos e afins, a produção de textos para participação em diversos concursos e ações de cidadania, fortalecendo os trabalhos ao cumprimento das metas do IDEB/SAEB;
e. Ampliar as perspectivas formativas dos estudantes, sua autoestima, suas potencialidades profissionais e sua empatia social.

A criação de um clube de educação fiscal constitui, portanto, uma estratégia pedagógica inovadora e relevante, pois permite que os estudantes participem de um processo contínuo de investigação e aprendizagem sobre temas relacionados à gestão pública e à cidadania.

Inspirado em experiências como os observatórios sociais, o clube propõe a adaptação dessa lógica para o contexto escolar, promovendo a formação de um “observatório jovem”, no qual os estudantes possam analisar informações públicas, desenvolver projetos, realizar pesquisas e propor soluções para desafios locais.

Além disso, a proposta possibilita o desenvolvimento de competências importantes para o século XXI, como a análise crítica de informações, a interpretação de dados públicos, a argumentação fundamentada e a participação em debates sobre questões sociais relevantes.

Essa abordagem fortalece o protagonismo juvenil, ao incentivar os estudantes a atuarem como agentes transformadores em suas comunidades, estimulando o engajamento social, a participação cidadã e o senso de responsabilidade coletiva.

A proposta também dialoga com políticas públicas educacionais voltadas à formação integral dos estudantes e à articulação entre escola e comunidade, podendo inclusive se integrar a projetos interdisciplinares e itinerários formativos do ensino médio

Assim, ao promover o estudo e a reflexão sobre educação fiscal, o clube contribuirá para a formação de jovens mais conscientes, participativos e preparados para exercer plenamente seu papel como cidadãos.

O projeto está alinhado às competências gerais da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), especialmente:

- Competência Geral 2 (Pensamento científico, crítico e criativo);
- Competência Geral 6 (Trabalho e projeto de vida);
- Competência Geral 7 (Argumentação);
- Competência Geral 10 (Responsabilidade e cidadania).

Objetivo Geral

Promover a formação cidadã dos estudantes do Ensino Médio do Colégio Estadual de Tempo Integral Teotônio Vilela por meio do desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências relacionadas à educação fiscal, estimulando a compreensão do funcionamento do Estado, o uso consciente dos recursos públicos e o exercício do controle social.

Objetivos Específicos

- Pesquisa, Investigação e análise de dados
    - Desenvolver nos estudantes a compreensão sobre a função social dos tributos e sua importância para o financiamento das políticas públicas;
    - Promover o conhecimento básico sobre o funcionamento do sistema tributário brasileiro;
    - Estimular a análise crítica de informações relacionadas à arrecadação e ao gasto público;
    - Incentivar a utilização de dados e indicadores sociais na compreensão da realidade local;
    - Fortalecer o protagonismo juvenil por meio da participação em debates e atividades investigativas;

- Desenvolver a compreensão sobre justiça fiscal, equidade tributária e o papel dos tributos na redução das desigualdades sociais;
- Compreender o ciclo completo dos tributos (arrecadação, orçamento público, aplicação dos recursos e controle social) relacionando-o com a garantia de direitos;
- Incentivar a participação dos estudantes em práticas de controle social, como análise de portais da transparência, acompanhamento de políticas públicas e proposição de melhorias para a comunidade local;
- Desenvolver a capacidade de identificar, analisar e diferenciar informações confiáveis de desinformação (fake news), especialmente em temas relacionados a tributos, gastos públicos e atuação do Estado;
- Estimular a compreensão da relação entre tributação, democracia e cidadania, reconhecendo o papel dos tributos na construção do Estado de Direito e na garantia de políticas públicas;
- Promover o entendimento sobre ética fiscal, incluindo temas como sonegação, corrupção pública e privada, uso indevido de recursos públicos, por meio da análise de estudos de caso e simulações de dilemas éticos.
- Desenvolver a consciência crítica sobre consumo, incluindo a análise de tributos presentes na nota fiscal, a reflexão sobre os impactos sociais das escolhas de consumo e o combate a práticas como pirataria e contrafação.

- Comunicação, divulgação e mobilização social, bem como habilidades profissionalizantes:
  - Produzir materiais informativos que contribuam para a disseminação de conhecimentos sobre educação fiscal na comunidade escolar;
  - Favorecer atividades que tragam vivências práticas aos componentes curriculares;
  - Oportunizar atividades que contribuam à construção dos caminhos profissionais dos estudantes, inclusive por meio de projetos onde os estudantes do Clube possam atuar como voluntários para aprender e levar serviços fiscais e afins à comunidade, inclusive escolar, com apoio dos Núcleos de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), em especial junto às universidades estaduais, essa parceria será aprofundada por meio da realização de oficinas práticas, simulações de atendimento ao contribuinte e participação dos estudantes em ações reais orientadas, como apoio em atividades relacionadas ao Imposto de Renda, Microempreendedor Individual (MEI) e serviços fiscais básicos, ampliando a integração entre teoria, prática e extensão;
  - Fazer visitas técnicas a instituições públicas afins, articuladas aos projetos pedagógicos: Receita Federal, Prefeitura, Câmara Municipal, Universidade, Alfândega, Fórum etc.;
  - Participar de concursos e premiações de âmbito local, regional, nacional e internacional, com protagonismo dos estudantes.

- Realizar eventos que possam reunir atores sociais de interesse dos estudantes, da escola e da comunidade, com temas de grande interesse, a exemplo de:
    - CIEE. Estágios e empregos;

      SEBRAE, NAF. Microempreendedorismo;
    - Banco do Brasil e Caixa. Inclusão bancária: vantagens, cuidados;
    - NAF. Diretos ao acesso e permanência no ensino superior. FIES, PROUNI, AUXÍLIOS (Moradia, Alimentação, Transporte, Material Didático etc., conforme instituição de ensino), Bolsa Permanência (MEC / PNAES), Bolsa Permanência ProUni, Pé-de-Meia, Pé-de-Meia Licenciaturas, Bolsas CAPES, Bolsas de Iniciação Científica etc.
    - Vida Digital e IA: potencialidades e cuidados

Público-alvo

O clube será destinado a estudantes regularmente matriculados no Ensino Médio da instituição, preferencialmente aqueles que demonstrem interesse por temas relacionados à cidadania, políticas públicas, economia, análise de dados e participação social.

A participação no clube será voluntária e poderá envolver estudantes de diferentes turmas e séries, favorecendo a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento.

Sugere-se que o clube seja composto por 15 a 25 estudantes, número que permite a realização de atividades colaborativas e a organização de grupos de trabalho. Nas ações e projetos de amplo espectro, pode haver um número maior de estudantes que participem como voluntários, recebendo certificado pela carga horária nas atividades que fizer parte efetiva.

Estrutura Organizacional do Clube

Para garantir o bom funcionamento das atividades, o clube contará com uma estrutura organizacional composta por professor orientador e membros estudantes que assumirão funções específicas.

O professor orientador será responsável pela mediação pedagógica das atividades, pelo acompanhamento dos estudantes e pela articulação das ações do clube com a equipe pedagógica da escola.

Entre os estudantes participantes poderão ser constituídas funções de liderança, como coordenação estudantil, secretaria e equipe de comunicação. Essa organização contribui para o desenvolvimento de competências relacionadas à liderança, responsabilidade coletiva e gestão de projetos.

Além disso, os estudantes poderão ser organizados em núcleos de trabalho, tais como:

- Núcleo de Pesquisa e Investigação
- Núcleo de Comunicação e Divulgação

- Núcleo de Análise de Dados
- Núcleo de Mobilização Social

Essa divisão permite que os participantes atuem de acordo com seus interesses e habilidades, contribuindo para o desenvolvimento de diferentes competências. No desenvolvimento do projeto essa estrutura pode ser revista, ampliando-a se necessário.

Metodologia de Trabalho

As atividades do clube serão desenvolvidas com base em metodologias ativas de aprendizagem, priorizando estratégias que estimulem a investigação, o diálogo, a análise de dados e a participação ativa dos estudantes.

Entre as principais estratégias metodológicas destacam-se:

- aprendizagem baseada em projetos
- investigação orientada
- análise de dados públicos
- debates e simulações de tomada de decisão pública
- produção de materiais educativos
- ações com enfoque em devolutivas sociais ou em intervenções na escola e comunidade
- aplicação de dinâmicas pedagógicas de conscientização tributária, como “A Ilha” e “O Bairro” (Receita Federal - https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/materiais-didaticos/cidadania-fiscal/curriculo-escolar/dinamicas)

Será estruturado também um eixo formativo denominado “Estudantes multiplicadores de cidadania fiscal”, no qual os participantes do clube atuarão como agentes de disseminação do conhecimento, por meio da realização de oficinas para outras turmas, apresentações para famílias e produção de conteúdos educativos para redes sociais e canais institucionais da escola.

Durante os encontros, os estudantes serão incentivados a explorar fontes de informação diversas, como relatórios públicos, portais de transparência, notícias e dados estatísticos, de modo a desenvolver habilidades de interpretação e análise crítica.

Além disso, os estudantes serão estimulados a desenvolverem competências profissionalizantes, empatia social e valores que contribuam para o engajamento em causas coletivas conectadas com a função social dos tributos e o cuidado com o patrimônio público.

As dinâmicas de conscientização tributária serão utilizadas como momentos estruturantes do processo formativo, permitindo aos estudantes vivenciar situações simuladas que envolvem decisões sobre alocação de recursos públicos, conflitos de interesse, escolhas coletivas e impactos sociais das políticas públicas.

- A dinâmica “A Ilha” será utilizada para introduzir conceitos relacionados à organização da vida em sociedade, à necessidade de cooperação e à construção do Estado e dos tributos como instrumentos de garantia de direitos.
- A dinâmica “O Bairro” será aplicada para promover reflexões sobre orçamento público, definição de prioridades e limites de recursos, estimulando o debate sobre escolhas coletivas e seus impactos na comunidade.

Cronograma de Atividades

O clube poderá desenvolver suas atividades ao longo de todo o ano letivo, com encontros semanais ou quinzenais, cumprindo-se um cronograma de atividades mensal.

Entre as atividades previstas estão:

- estudos sobre educação fiscal e sistema tributário;
- aplicação da dinâmica “A Ilha”, como atividade introdutória, para compreensão da vida em sociedade, da cooperação e da necessidade de organização coletiva e dos tributos;
- análise de notas fiscais e tributos presentes no consumo;
- investigação de dados sobre orçamento público;
- aplicação da dinâmica “O Bairro”, voltada à compreensão das escolhas orçamentárias, definição de prioridades e limitações de recursos públicos;
- investigação sobre o poder de compra do salário-mínimo;
- elaboração de gráficos e infográficos;
- debates sobre prioridades de investimento público;
- produção de materiais informativos para a comunidade escolar;
- aprendizagem de serviços fiscais com os NAF com posteriores ações de apoio à comunidade;
- eventos trazendo atores para tratar de temas de interesse dos estudantes e comunidade;
- participar de audiências públicas quando houver tema afim, a exemplo dos debates do Plano Decenal de Educação do Município, do Orçamento Participativo Municipal etc.;
- campanhas educativas sobre consumo consciente, cidadania fiscal e combate à pirataria;
- EVENTO DE CULMINÂNCIA. Ao final do ciclo de atividades, os estudantes apresentarão os resultados de suas investigações em eventos escolares, mostras pedagógicas ou seminários internos e externos;
- CURRÍCULO. Além disso, os estudantes participantes farão dois currículos profissionais: um antes de participar do projeto e outro depois de sua participação no projeto colocando, nesse último, as habilidades que o projeto permitiu desenvolver.

Avaliação e Indicadores

A avaliação do projeto será realizada de forma contínua, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, tais como:

- percentual de estudantes capazes de interpretar informações em portais da transparência;
- número de produtos gerados (vídeos, cartilhas, relatórios, apresentações);
- participação dos estudantes em audiências públicas ou eventos sociais;
- nível de engajamento nas atividades propostas;
- capacidade de argumentação e análise crítica demonstrada ao longo do projeto;
- Desempenho em avaliação diagnóstica aplicada ao final da participação com o resultado comparado à avaliação aplicada em seu início.

Resultados Esperados

Espera-se que a implementação do clube contribua para o desenvolvimento de uma cultura escolar mais participativa e comprometida com a formação sobre a educação fiscal e cidadã dos estudantes, assim como a reflexão sobre o funcionamento da sociedade e o seu papel, assim como espera-se também que os estudantes membros do grupo produzam pesquisa científica voltada para a educação fiscal e divulguem os resultados para a comunidade, e ofereçam junto às instituições parceiras do projeto, ações sociais que contribuam com o fortalecimento das ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável) e da cidadania

Entre os principais resultados esperados destacam-se:

- ampliação do conhecimento dos estudantes sobre educação fiscal;
- desenvolvimento de habilidades de análise crítica e interpretação de dados;
- fortalecimento do protagonismo juvenil;
- produção de materiais educativos sobre cidadania fiscal;
- maior compreensão sobre a importância da transparência na gestão pública;
- Ampliação da autoestima;
- Fortalecimento de objetivos profissionais e educacionais para além do ensino médio;
- Conhecimentos que facilitem a inserção no mercado de trabalho;
- Aumento da empatia social e do senso coletivo;
- maior compreensão sobre justiça fiscal, equidade tributária e o papel dos tributos na redução das desigualdades sociais;
- desenvolvimento da capacidade de compreender o ciclo completo dos tributos, desde a arrecadação até a aplicação dos recursos públicos;

- ampliação da capacidade de leitura e interpretação de dados públicos, incluindo orçamentos e indicadores socioeconômicos;
- desenvolvimento da habilidade de identificar, analisar e diferenciar informações confiáveis de desinformação (fake news), especialmente em temas relacionados à tributação e políticas públicas;
- maior engajamento dos estudantes em práticas de controle social, como acompanhamento de gastos públicos e participação em espaços de discussão coletiva;
- fortalecimento da compreensão sobre a relação entre tributação, cidadania e democracia;
- desenvolvimento de valores relacionados à ética fiscal, incluindo a reflexão sobre sonegação, corrupção e responsabilidade social;
- maior capacidade de argumentação e participação qualificada em debates sobre temas sociais, econômicos e políticos;
- ampliação da capacidade de proposição de soluções para desafios da escola e da comunidade com base em dados e evidências.
- desenvolvimento do letramento fiscal e da capacidade de atuação como multiplicadores de cidadania fiscal na comunidade escolar e social.

Referências

1. BACEN - Aprender Valor – Educação financeira - https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor
2. BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 2026.
3. CGU – Educação Cidadã - https://www.gov.br/cgu/pt-br/educacao-cidada
4. MEC - EDUCAÇAO PARA A CIDADANIA E SUSTENTABILIDAE - https://www.gov.br/secom/pt-br/acompanhe-a-secom/noticias/2025/09/governo-lanca-programa-educacao-para-a-cidadania-e-sustentabilidade
5. MEC - NA PONTA DO LÁPIS - https://www.gov.br/mec/pt-br/na-ponta-do-lapis
6. MP BA – Educação é da nossa conta - https://www.mpba.mp.br/noticia/78317
7. Previdência Social - EDUCAPEP - https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal
8. Receita Federal – Cidadania Fiscal – https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/cidadania-fiscal
9. SEC BA – Educação Fiscal - https://jornadapedagogica.educacao.ba.gov.br/educacao-fiscal/
10. Senado – Oficina legislativa - https://www12.senado.leg.br/ecidadania/oficinalegislativanaescola
11. Senado – Orçamento Fácil - https://www12.senado.leg.br/orcamentofacil

12. SUSEP – Educação Securitária - https://www.gov.br/susep/pt-br/assuntos/meu-futuro-seguro
13. TCU – Participação Cidadã - https://cidadao.tcu.gov.br/

Concursos

1. EGG – Prêmio Educação para a Gentileza e Generosidade - https://www.gentilezagenerosidade.com.br/
2. FEBRAFIT - Prêmio Nacional de Educação Fiscal – De abril a junho de 2026 - https://www.premioeducacaofiscal.org.br/
3. Globo – Prêmio LED - https://www.ba.gov.br/educacao/noticias/2025-11/2766/projeto-de-estudantes-da-rede-estadual-e-finalista-do-premio-led-da-globo . Inscrição até 1/3 - https://somos.globo.com/movimento-led/desafio-led/noticia/com-premio-total-de-r-300-mil-desafio-led-2026-esta-com-inscricoes-abertas-participe.ghtml
4. IAF BA – Educação Fiscal na BA – Está suspenso, mas pode voltar a qualquer hora - https://premioiafeducacaofiscal.org.br/
5. SEC BA - FECIBA - https://www.ba.gov.br/educacao/feira-de-ciencias-empreendedorismo-social-e-inovacao-da-bahia-feciba
6. Senado – Jovem Senador – Em 2026 até 17/4 - https://www12.senado.leg.br/jovemsenador
7. TCU - Rolê Cidadão – TikTok – Em 2026 até 30/4 - https://sites.tcu.gov.br/controlesocialnotiktok/

Canais para contato

Professor Thales Nascimento Pereira

WhatsApp: (75) 9 9995 - 5466

E-mail: thalessnascimentopereira@gmail.com

Instagram: https://www.instagram.com/thalessnascimento/

Instagram da Escola Estadual de Tempo Integral Teotônio Vilela: https://www.instagram.com/cetvescola/